

SANTOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS - SÃO PAULO

PROFESSOR ADJUNTO II EDUCAÇÃO ESPECIAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 79/2026 – SEPLA-RH

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa



Prefeitura de Santos - SP
Professor Adjunto II – Educação Especial

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros, com identificação de tema, finalidade, ideia central, informações explícitas e implícitas, relações entre partes do texto e efeitos de sentido produzidos em situações comunicativas	1
Produção de sentidos em textos verbais e multimodais, considerando contexto, interlocutores, finalidade, ponto de vista, argumentos, inferências e adequação vocabular	7
Coesão, coerência e organização textual em situações de leitura e reescrita, com atenção à clareza, à progressão das ideias, à articulação entre frases e parágrafos e à manutenção do sentido original.....	13
Emprego da norma-padrão da língua portuguesa em situações formais de comunicação	19
Concordância	20
Regência	26
Crase	33
Pontuação	37
Ortografia oficial	42
Acentuação gráfica.....	49
Uso de pronomes, tempos verbais e colocação pronominal, sempre em abordagem aplicada ao texto	52
Variação linguística, adequação da linguagem ao contexto, diferenças entre oralidade e escrita, linguagem formal e informal e escolhas linguísticas adequadas à atuação docente e institucional.....	60
Gêneros textuais presentes no cotidiano escolar e administrativo, tais como comunicados, orientações, registros, relatórios, textos informativos, instrucionais, pedagógicos e normativos.....	66
Reescrita de frases e parágrafos, com foco em clareza, correção gramatical, concisão, coerência, paralelismo, substituição vocabular e adequação à norma-padrão	72
QUESTÕES.....	78
Gabarito.....	87

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS – NÚCLEO COMUM

Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos e políticos da educação escolar.....	1
Função social da escola pública.....	10
Direito à educação; democratização do acesso, permanência, aprendizagem e participação dos estudantes.....	12
Legislação educacional: Constituição Federal	19
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	24
Estatuto da Criança e do Adolescente	57
Plano Nacional de Educação	125
Plano Municipal de Educação de Santos.....	133
Diretrizes Curriculares Nacionais	169
Base Nacional Comum Curricular	183
Currículo Santista; e legislação municipal pertinente à educação	251
Base Nacional Comum Curricular e Currículo Santista: competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem; campos de experiências; áreas do conhecimento; componentes curriculares; habilidades; progressão curricular; e articulação entre currículo, planejamento, ensino e avaliação.....	251
Organização da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e demais modalidades de ensino; princípios, finalidades, etapas, transições escolares e garantia do direito à aprendizagem	257
Didática e organização do trabalho pedagógico: objetivos de aprendizagem, planejamento anual, sequências didáticas, projetos, metodologias ativas, investigação, resolução de problemas, interdisciplinaridade, contextualização e práticas colaborativas.....	263
Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos e registros; acompanhamento do percurso dos estudantes; devolutiva pedagógica; recuperação contínua; recomposição das aprendizagens; análise de evidências e replanejamento.....	270
Letramentos, multiletramentos, numeramento e cultura digital: práticas sociais de leitura, escrita, oralidade, escuta, análise linguística, raciocínio matemático, linguagem multimodal e uso crítico de tecnologias educacionais.....	276
Educação inclusiva: direitos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação; acessibilidade; desenho universal para aprendizagem; atendimento educacional especializado; adaptações razoáveis; tecnologia assistiva; trabalho colaborativo e eliminação de barreiras	282
Diversidade, equidade e direitos humanos: relações étnico-raciais; história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; gênero; territorialidades; vulnerabilidades sociais; cultura de paz; prevenção ao bullying; e enfrentamento de preconceitos e discriminações.....	289
Gestão da sala de aula e convivência escolar: organização de tempos, espaços e agrupamentos; mediação de conflitos; vínculo pedagógico; escuta ativa; participação dos estudantes; relação escola-família-comunidade; projeto político-pedagógico; gestão democrática e trabalho coletivo docente	295

SUMÁRIO



Ética profissional, responsabilidade do servidor público, proteção integral da criança e do adolescente, sigilo, registro pedagógico, comunicação institucional e atuação docente no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santos.....	301
QUESTÕES.....	308
GABARITO.....	313

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR ADJUNTO II

Docência em componentes curriculares específicos: articulação entre conhecimento pedagógico e conhecimento da área de atuação; planejamento de aulas por habilidades e competências; seleção de conteúdos, estratégias, recursos e formas de avaliação adequadas aos objetivos de aprendizagem.....	1
Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial: especificidades dos estudantes, progressão das aprendizagens, organização curricular por áreas e componentes, interdisciplinaridade, contextualização e integração entre teoria e prática.....	7
Base Nacional Comum Curricular e Currículo Santista nos anos finais e nos componentes curriculares específicos: competências gerais, competências específicas de área, habilidades, objetos de conhecimento, progressão curricular, investigação, resolução de problemas e construção de conceitos	13
Didática dos componentes curriculares: problematização, mediação docente, situações de aprendizagem, metodologias investigativas, práticas colaborativas, uso de diferentes linguagens, cultura digital e estratégias de participação ativa dos estudantes	20
Avaliação da aprendizagem em componentes específicos: elaboração de instrumentos avaliativos, critérios de correção, rubricas, análise de evidências, acompanhamento do desempenho, recuperação contínua, recomposição das aprendizagens e replanejamento.....	26
Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial: adequação curricular, acessibilidade, valorização dos saberes prévios, contextualização social do conhecimento, adaptações razoáveis, tecnologia assistiva, eliminação de barreiras e respeito às trajetórias de vida, trabalho e escolarização dos estudantes	33
Gestão da sala de aula nos anos finais e nas áreas específicas: vínculo pedagógico, escuta, participação estudantil, mediação de conflitos, organização de agrupamentos, acompanhamento da aprendizagem e promoção de ambiente favorável ao estudo....	40
Atuação do Professor Adjunto II no apoio ao trabalho pedagógico: substituição docente em componentes específicos, acompanhamento de atividades em sala de aula, colaboração com professores, participação no planejamento coletivo, inclusão, respeito à diversidade e compromisso com a aprendizagem dos estudantes	47
QUESTÕES.....	53
GABARITO.....	58

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: princípios, fundamentos legais, éticos e pedagógicos; direito à matrícula, participação, aprendizagem e permanência em classes comuns do ensino regular; eliminação de barreiras e construção de culturas, políticas e práticas inclusivas	1
Público da Educação Especial: pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação; características educacionais, potencialidades, barreiras à aprendizagem e participação, necessidades de apoio e estratégias de mediação pedagógica	4
Atendimento Educacional Especializado: função complementar ou suplementar à escolarização, identificação de necessidades educacionais específicas, elaboração, execução e avaliação de planos de atendimento, organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, articulação com professores da classe comum, equipe gestora, família e rede de apoio	9
Acessibilidade e desenho universal para aprendizagem: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas, instrumentais, tecnológicas e curriculares; adaptações razoáveis; recursos de acessibilidade; comunicação alternativa e aumentativa; tecnologia assistiva; flexibilização curricular e participação efetiva dos estudantes.....	13
Avaliação pedagógica e acompanhamento: avaliação inicial, observação, registros, evidências de aprendizagem, objetivos individualizados quando necessários, acompanhamento de frequência, participação, autonomia, desenvolvimento e replanejamento das ações	18
Deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, surdocegueira e deficiência múltipla: recursos, estratégias de comunicação, organização do ambiente, mediação pedagógica, apoio à autonomia e acesso ao currículo.....	23
Transtorno do espectro autista: comunicação, interação social, comportamento, interesses, sensorialidade, previsibilidade, rotina, comunicação alternativa ou aumentativa, estratégias de autorregulação e participação escolar	28
Altas habilidades/superdotação: identificação, enriquecimento curricular, desafios cognitivos, criatividade, projetos de pesquisa, flexibilização, acompanhamento socioemocional e articulação com a sala comum. Práticas colaborativas: coensino, consultoria colaborativa, trabalho em rede, orientação a professores, parceria com famílias, serviços de saúde e assistência social, equipe gestora e demais profissionais da escola	33

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ética, direitos humanos, combate ao capacitismo, convivência, autonomia, participação estudantil e construção de ambientes escolares acessíveis, seguros e acolhedores	38
Questões	42
Gabarito	50

BIBLIOGRAFIA - CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.....	1
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez.....	4
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação	8
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed	9
ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Penso	22
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed	25
LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed.....	29
SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto	32
SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed	33
WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática	39
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus	42
ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.....	45
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus.....	48
NÓVOA, António. Professores: proteger, transformar e valorizar. Salvador: SEC/IAT .	51
WIGGINS, Grant; McTIGHE, Jay. Planejamento para a compreensão: alinhando currículo, avaliação e ensino por meio do planejamento reverso. Porto Alegre: Penso	54

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NORMATIVOS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente arts. 5.º, 37 e 205 a 214.....	1
Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com alterações posteriores.....	14

SUMÁRIO



Lei Federal n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com alterações posteriores	83
Lei Federal n.º 10.639/2003 e Lei Federal n.º 11.645/2008 – ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	116
Lei Federal n.º 10.436/2002 – Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	116
Lei Federal n.º 10.436/2002 – Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	117
Decreto Federal n.º 5.626/2005 – regulamenta a Lei n.º 10.436/2002 e dispõe sobre Libras e educação de surdos	117
Lei Federal n.º 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	125
Lei Federal n.º 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência..	128
Lei Federal n.º 13.185/2015 – Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).....	159
Lei Federal n.º 14.191/2021 – educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	161
Lei Federal n.º 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital	162
Lei Federal n.º 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação	166
Decreto Federal n.º 12.686/2025 – Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com alterações posteriores, inclusive Decreto Federal n.º 12.773/2025	175
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	183
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	183
Resolução CNE/CEB n.º 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	184
Resolução CNE/CEB n.º 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.....	187
Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.....	199
Resolução CNE/CP n.º 1/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	202
Demais resoluções, pareceres e documentos complementares do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação pertinentes às etapas, modalidades e áreas de atuação dos cargos	203
Questões	204
GABARITO	209

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E DOCUMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS

Lei Orgânica do Município de Santos, no que couber à educação, à administração pública e aos servidores municipais.....	1
Lei Municipal n.º 4.623/1984 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos, com alterações posteriores	9

SUMÁRIO



Lei Complementar Municipal n.º 752/2012 – Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Santos, com alterações posteriores, inclusive Lei Complementar n.º 1.267/2024.....	45
Lei Municipal n.º 3.914/2021 – Plano Municipal de Educação de Santos – decênio 2021/2031, com relatórios e atos de monitoramento vigentes.....	65
Questões	67
GABARITO	72



LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura é uma prática essencial para a participação social, para o estudo, para o trabalho e para a comunicação cotidiana. Ler não significa apenas decodificar palavras, isto é, reconhecer letras e sons. Ler envolve compreender sentidos, relacionar informações, perceber intenções, identificar ideias principais, reconhecer pistas deixadas pelo autor e interpretar o texto de acordo com o contexto em que ele circula. Por isso, leitura, compreensão e interpretação são processos ligados, mas não idênticos.

A compreensão textual está relacionada ao entendimento daquilo que o texto apresenta. Quando o leitor identifica quem fala, sobre o que se fala, quais informações aparecem, qual é a situação comunicativa e como as ideias se organizam, ele está compreendendo o texto. Já a interpretação exige ir além do que está diretamente escrito, estabelecendo relações, fazendo inferências, reconhecendo sentidos implícitos e percebendo efeitos produzidos pela linguagem.

Textos de diferentes gêneros exigem formas diferentes de leitura. Uma notícia, por exemplo, busca informar sobre um fato e costuma apresentar informações como quem, o quê, quando, onde, como e por quê. Um poema pode trabalhar imagens, emoções, ritmo e sentidos figurados. Um comunicado institucional precisa ser claro e objetivo. Uma charge combina linguagem verbal e visual para produzir crítica ou humor. Um texto instrucional orienta ações. Cada gênero tem finalidade, estrutura e linguagem próprias.

Identificar o tema é uma das primeiras tarefas do leitor. O tema corresponde ao assunto principal tratado no texto. Não deve ser confundido com detalhes ou exemplos. Em um texto sobre alimentação saudável nas escolas, por exemplo, o tema pode ser “a importância da alimentação equilibrada no ambiente escolar”, enquanto exemplos como frutas, merenda e hábitos alimentares são partes do desenvolvimento.

A ideia central é aquilo que o texto afirma de mais importante sobre o tema. Dois textos podem tratar do mesmo tema, mas defender ideias centrais diferentes. Um texto pode falar sobre tecnologia na educação para mostrar seus benefícios; outro pode abordar o mesmo tema para alertar sobre riscos do uso excessivo. Por isso, o leitor precisa observar não apenas o assunto, mas o posicionamento ou foco do texto.

A finalidade é o objetivo comunicativo. Um texto pode informar, convencer, orientar, emocionar, divertir, registrar, solicitar, explicar, criticar ou regulamentar. Reconhecer a finalidade ajuda a entender escolhas de linguagem, organização e tom. Um relatório, por exemplo, tende à objetividade; uma propaganda procura persuadir; uma orientação pedagógica busca instruir.

As informações explícitas são aquelas que aparecem claramente no texto. Já as informações implícitas precisam ser deduzidas a partir de pistas. Para compreender bem, o leitor deve unir o que está escrito ao conhecimento de mundo e ao contexto. Assim, ler é uma atividade ativa: o leitor participa da construção do sentido.

► Gêneros textuais e situações comunicativas

Os gêneros textuais são formas relativamente estáveis de comunicação usadas em diferentes situações sociais. Eles surgem das necessidades de interação das pessoas. Sempre que alguém escreve ou fala com determinado objetivo, utiliza algum gênero: bilhete, notícia, e-mail, relatório, ata, artigo de opinião, receita, manual, comunicado, conto, poema, entrevista, cartaz, mensagem, requerimento, orientação, regulamento e muitos outros.

Cada gênero textual apresenta características próprias, mas essas características não são rígidas. Elas podem variar conforme o contexto, o público, o suporte e a finalidade. Um comunicado escolar, por exemplo, geralmente é objetivo, formal e direto. Já uma mensagem enviada a um colega pode ser mais breve e informal. Um relatório precisa apresentar informações organizadas, enquanto uma crônica pode usar linguagem mais subjetiva e reflexiva.



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etno-metodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



ARTICULAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO PEDAGÓGICO E CONHECIMENTO DA ÁREA

A articulação entre conhecimento pedagógico e conhecimento da área é um dos fundamentos da docência qualificada. O professor de um componente curricular específico precisa compreender profundamente os conteúdos que ensina, mas também precisa saber como os estudantes constroem esses conhecimentos. Essa articulação evita dois problemas comuns: o ensino excessivamente conteudista, que transmite informações sem garantir compreensão, e o ensino metodológico vazio, que propõe atividades interessantes, mas sem aprofundamento conceitual.

O conhecimento da área envolve conceitos, procedimentos, linguagens, métodos de investigação, formas de argumentação e modos de validação próprios de cada componente. Em Ciências, por exemplo, é importante compreender observação, hipótese, experimentação, evidências e explicações sobre fenômenos. Em História, é necessário lidar com fontes, temporalidade, permanências, rupturas e diferentes interpretações. Em Matemática, o professor trabalha com raciocínio lógico, representação, demonstração, resolução de problemas e linguagem simbólica.

O conhecimento pedagógico permite transformar esses elementos em experiências de ensino. O professor precisa saber escolher exemplos, organizar sequências, antecipar dificuldades, propor perguntas, construir situações-problema, utilizar recursos adequados e avaliar processos. A didática não é um adorno da disciplina; é o caminho pelo qual o conhecimento chega aos estudantes.

A articulação entre esses saberes aparece quando o professor seleciona uma estratégia coerente com o conteúdo. Para ensinar leitura crítica de gráficos, por exemplo, não basta explicar tipos de gráfico. É preciso propor análise de dados, comparação de escalas, discussão de fontes, interpretação de tendências e produção de conclusões. O conteúdo e a metodologia precisam caminhar juntos.

Também aparece quando o professor reconhece dificuldades específicas da área. Em Matemática, muitos estudantes podem decorar procedimentos sem compreender relações. Em Língua Portuguesa, podem localizar informações, mas ter dificuldade de inferir sentidos. Em Ciências, podem confundir opinião com explicação baseada em evidências. Em História, podem decorar datas sem compreender processos. O professor precisa conhecer essas dificuldades para intervir.

O conhecimento pedagógico da área também envolve saber usar a linguagem própria do componente sem torná-la inacessível. Todo campo possui vocabulário específico. O professor deve apresentar termos técnicos, explicar significados, usar exemplos, retomar conceitos e incentivar os estudantes a utilizar a linguagem da área progressivamente. Não se trata de simplificar excessivamente, mas de criar pontes.

A contextualização é outra forma de articulação. O professor relaciona conceitos da área a situações reais, problemas sociais, experiências do território, práticas culturais e questões contemporâneas. No entanto, contextualizar não significa abandonar o rigor conceitual. O contexto serve como porta de entrada, e o ensino deve avançar para a sistematização.

A formação continuada é importante porque a articulação entre pedagogia e área se aprimora ao longo da prática. O professor aprende ao estudar, planejar, observar resultados, analisar erros dos estudantes, dialogar com colegas e rever estratégias.

PLANEJAMENTO DE AULAS POR HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O planejamento de aulas por habilidades e competências organiza o ensino a partir do que se espera que os estudantes aprendam e sejam capazes de realizar com o conhecimento. Essa perspectiva supera a ideia de planejamento como simples distribuição de conteúdos ao longo do tempo. O foco passa a ser a aprendizagem, a progressão e a mobilização de saberes em situações significativas.



Conhecimentos Específicos

► Educação inclusiva como princípio de organização escolar

A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva organiza-se a partir do reconhecimento de que a escola comum deve acolher a diversidade humana e garantir condições de participação e aprendizagem para todos os estudantes. A inclusão não se restringe à presença física do estudante na escola nem à criação de serviços paralelos para determinados grupos. Ela exige que a instituição reveja seus espaços, práticas, relações, currículos, recursos e formas de avaliação para responder às diferentes necessidades presentes na comunidade escolar.

Essa perspectiva desloca o foco de uma lógica centrada exclusivamente nas características individuais para uma análise das relações entre estudante e ambiente. As dificuldades de participação podem decorrer de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas, instrumentais, tecnológicas ou curriculares. A atuação pedagógica busca identificar essas barreiras e reorganizar as condições escolares para que o estudante tenha acesso efetivo às experiências educacionais.

Princípios éticos e pedagógicos

Do ponto de vista ético, a educação inclusiva se fundamenta no respeito à dignidade, à igualdade de oportunidades, à não discriminação, à autonomia e ao reconhecimento da diversidade como característica constitutiva da sociedade. O estudante não deve ser definido apenas por uma deficiência, condição do desenvolvimento ou característica específica. Sua trajetória educacional precisa considerar potencialidades, interesses, formas de comunicação, modos de aprendizagem e necessidades de apoio.

Pedagogicamente, a inclusão exige planejamento flexível, acessibilidade e diversificação das formas de participação. O currículo comum permanece como referência, mas os meios de acesso podem ser ajustados para que diferentes estudantes possam aprender e demonstrar conhecimentos. Isso implica combinar estratégias coletivas, recursos de acessibilidade, apoios especializados e adaptações quando necessárias.

► Fundamentos legais e garantia de direitos

A perspectiva inclusiva reconhece a educação como direito que deve ser exercido sem discriminação. A matrícula de estudantes público da Educação Especial em classes comuns do ensino regular integra esse direito e não pode ser condicionada à existência de estruturas ideais, à disponibilidade prévia de determinados recursos ou à expectativa de que o estudante apresente um padrão específico de desempenho.

O direito educacional envolve diferentes dimensões interdependentes. Entre elas estão:

- Direito de acesso à escola e à matrícula em condições de igualdade.
- Direito de participar das atividades curriculares, sociais e culturais da comunidade escolar.
- Direito de aprender mediante estratégias, recursos e apoios compatíveis com suas necessidades.
- Direito de permanecer na escola com condições de continuidade, pertencimento e desenvolvimento.
- Direito de utilizar recursos de acessibilidade e apoios necessários sem sofrer discriminação ou segregação.

O reconhecimento formal desses direitos precisa ser acompanhado por decisões concretas de organização. A existência de matrícula não resolve barreiras presentes na comunicação, nos materiais, na infraestrutura ou nas relações. A garantia efetiva depende da transformação das condições que limitam a participação.



O livro está organizado em três capítulos, cada um estruturado como uma sequência de pequenas seções — chamadas por Freire de “saberes” — que funcionam como teses curtas, quase aforismos, cada uma desenvolvida em algumas páginas. É uma arquitetura deliberadamente didática: o autor lista, ao final do índice, tudo o que considera indispensável a quem ensina, e depois dedica cada seção a argumentar por que aquele saber “exige” determinadas posturas, virtudes ou rupturas.

Capítulo 1 — Não há docência sem discência

O argumento central deste capítulo é que ensinar e aprender são processos que se implicam mutuamente: não existe quem ensina sem quem aprende, e o ato de ensinar já é, em si, um ato de pesquisa e de aprendizagem para quem ensina. Para sustentar essa tese, Freire reúne os seguintes saberes:

- Rigor metódico.
- Pesquisa.
- Respeito aos saberes dos educandos.
- Criticidade.
- Estética e ética.
- Corporeificação das palavras pelo exemplo.
- Risco e aceitação do novo.
- Reflexão crítica sobre a prática.
- Reconhecimento da identidade cultural.

Capítulo 2 — Ensinar não é transferir conhecimento

Este é o capítulo mais extenso do livro, e nele Freire ataca de frente o que chama de “educação bancária”: a ideia de que ensinar é depositar conteúdos em uma mente vazia. Para ele, ensinar exige criar as condições para que o educando construa e reconstrua o conhecimento, e não apenas repita o que lhe foi transferido. Os saberes reunidos neste capítulo são:

- Consciência do inacabamento.
- Reconhecimento do ser condicionado.
- Respeito à autonomia do educando.
- Bom senso.
- Humildade e luta contra a discriminação.
- Apreensão da realidade.
- Alegria e esperança.
- Convicção de que a mudança é possível.
- Curiosidade.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

**LEI ORGÂNICA Nº 1, DE 05 DE ABRIL DE 1990.**

Sob a proteção de Deus, o Grande Arquiteto do Universo, e em homenagem aos que fizeram a nossa história, aos que fazem o nosso tempo e aos que acreditam no futuro, os Vereadores Constituintes, reafirmando a divisa gravada no brasão do Município: “PATRIAM CHARITATEM ET LIBERTATEM DOCUI”, que lembra: “À PÁTRIA ENSINEI A CARIDADE E A LIBERDADE”, promulgam a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS

(...)

TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66. A administração pública direta, as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, companhias, cooperativas habitacionais e fundações públicas mantidas ou instituídas pelo Poder Público obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 81/2017)

SEÇÃO I
DA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 67. Para a organização da administração pública direta, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, companhias, cooperativas habitacionais e fundações públicas mantidas ou instituídas pelo Poder Público é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

I - os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. A nomeação do candidato aprovado obedecerá à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 79/2017)

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, nos casos e nas condições previstos em lei, preferencialmente por servidores estatutários ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, que tenham domicílio eleitoral neste município, há mais de dois anos;

VI - é garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, obedecido o disposto no artigo 8º da Constituição Federal;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!